



Centro Universitário de Brasília- UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais-FAJS

LAYANNE ELEUTÉRIO SANTANA GUIMARÃES

A DEFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
JOVENS EGRESSOS DE PROGRAMAS DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Brasília

2015

LAYANNE ELEUTÉRIO SANTANA GUIMARÃES

A DEFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
JOVENS EGRESSOS DE PROGRAMAS DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharelado em Direito pela  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro  
Universitário de Brasília- UniCEUB.  
Orientador: Prof. Paulo Rená da Silva Santarém.

Brasília

2015

## RESUMO

Esta pesquisa investiga a ausência ou carência de proteção aos jovens egressos das unidades de acolhimento institucional na perspectiva das políticas públicas. Tendo por objetivo analisar se a essência da doutrina da proteção integral para a criança e o adolescente também acha-se presente no Estatuto da Juventude. Verifica-se a existência da proteção normativa quando se acoplam os princípios da proteção integral presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente com as diretrizes do Estatuto da Juventude para as políticas públicas. No presente ordenamento jurídico não existem políticas públicas específicas que resguardam jovens egressos das unidades de acolhimento institucional, e esse trabalho procurou demonstrar exatamente isso. Assim, esta pesquisa divide-se em três capítulos, sendo que no primeiro realizou-se um desenho do problema e o quadro conceitual, contextualizando a realidade dos programas de acolhimento institucional, bem como apresentando um relatório do Conselho Nacional do Ministério Público, no segundo momento considerou o Estatuto da Criança e do Adolescente, enfatizando a doutrina da Proteção Integral e no último capítulo analisou o Estatuto da Juventude e a premissa de se realizar políticas públicas voltadas para os jovens egressos das unidades de acolhimento institucional. Utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa de caráter estritamente bibliográfico, usando-se de autores e especialistas na área das políticas públicas, assim como na área da Juventude, como Albergária, Alves, Pena Junior, entre outros.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional. Direito da criança e do adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Juventude. Jovem Egresso. Proteção Integral. Políticas Públicas. Unidades de Abrigo.

## SUMÁRIO

### Conteúdo

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 REALIDADE DOS PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Relatório do Conselho Nacional do Ministério Público .....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Quadro conceitual .....</b>	<b>18</b>
<i>2.2.1 Adolescente e Jovem .....</i>	<i>18</i>
<i>2.2.2 Políticas Públicas .....</i>	<i>21</i>
<b>3 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: ASPECTOS DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Princípios norteadores .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Política de atendimento .....</b>	<b>28</b>
<i>3.1 Diretrizes e linhas de ação .....</i>	<i>30</i>
<i>3.2.2 Medida protetiva de acolhimento institucional .....</i>	<i>32</i>
<b>4 ESTATUTO DA JUVENTUDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTINUIDADE DA PROTEÇÃO INTEGRAL? .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Aspectos do Estatuto da Juventude .....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 Políticas Públicas para os Jovens Egressos das Unidades de Abrigo .....</b>	<b>41</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas que englobam os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens não tem sido suficiente para resguardar os direitos dos jovens egressos das unidades de acolhimento institucional. Destes, principalmente depois do advento da criação da Lei nº 12.852/2013 – Estatuto da Juventude<sup>1</sup>, que, antes de tudo, prevê os direitos dos Jovens, anteriormente preconizados pela Emenda Constitucional nº 65/2010<sup>2</sup>, cuja redação altera e, conseqüentemente, modifica o artigo 227 da Constituição Brasileira.

Percebe-se que o Estatuto da Juventude estabelece que os adolescentes 15 a 18 anos e jovens de 18 a 29 anos tenham seus direitos adquiridos e respeitados. É necessário que políticas públicas sejam elaboradas e voltadas para solucionar problemas enfrentados por jovens nesta faixa etária.

Logicamente que o Estatuto da Juventude tende a ajudar ao jovem em todos os sentidos. Entretanto, não entra em conflito com o preconizado anteriormente pela Lei 8.069/1990<sup>3</sup>, uma vez, que uma Lei complementa a outra (Estatuto da Juventude).

Os direitos e deveres trazidos em relação ao jovem pelo Estatuto da Juventude, não demonstram a necessidade de criação de uma política pública que ajude ou se relacione ao jovem maior de 18 anos que seja egresso de uma unidade de acolhimento institucional.

Nos dias de hoje tem-se utilizado menos o termo abrigo, sendo que, este foi substituído pelo termo acolhimento institucional, o fato é que independente do termo utilizado, muitas crianças e adolescentes estão inseridos em instituições e constituem parte integrante dos chamados programas de acolhimento institucional, sendo que tais programas

---

<sup>1</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015.

<sup>2</sup> BRASIL. **Emenda Constitucional 65, de 13 de julho de 2010** - Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm)> Acesso em 15 maio. 2015.

<sup>3</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015.

estão previstos no Artigo 101, VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e segue parâmetros voltados para os artigos de 90 a 94, da Lei 8.069/90.

Então, seja em um abrigo institucional, ou em uma casa-lar, ou ainda em uma casa de passagem, as crianças e os adolescentes sempre terão resguardados os seus direitos emanados desde a Constituição Federal, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e indo até o Estatuto da Juventude.

Entretanto, qual a proteção normativa que tais leis oferecem para depois dos 18 anos, quando o jovem é obrigado a deixar a instituição de acolhimento institucional e, de acordo com essas mesmas leis, viver em sociedade sem o apoio que antes possuía? O que nos remete a uma nova problemática: existe proteção no campo normativo e políticas públicas correlatas para o jovem egresso das instituições de acolhimento institucional?

Em verdade, o jovem egresso, ou seja, aquele que deixa a instituição de acolhimento ao completar 18 anos e, teoricamente passa a lidar de fato com a sociedade, deveria estar preparado para que se sustente sozinho e tenha o amparo necessário para que, a partir daí estará sujeito ao seu próprio destino.

Pode-se observar que existe proteção normativa quando são acoplados os princípios da proteção integral presentes no Estatuto das Crianças e dos Adolescentes com as diretrizes do Estatuto da Juventude para as políticas públicas.

Neste contexto, esta pesquisa tem por objetivo geral demonstrar a ausência ou incipiente proteção aos jovens egressos das unidades de acolhimento institucional na perspectiva das políticas públicas.

Tendo por objetivos específicos realizar um desenho do problema, fazendo um quadro conceitual referente a problemática encontrada, entender os conceitos de crianças, adolescentes e jovens, de acordo com as leis de proteção do menor e do jovem, verificar as políticas existentes voltadas para o jovem e as possibilidades de se elaborarem mais políticas para essa população, analisar os aspectos e amplitudes referentes à Doutrina da Proteção Integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; e mostrar como as Políticas Públicas podem ser entendidas como uma continuidade da chamada proteção integral ao jovem.

Para atingir os objetivos propostos, procurou-se ao longo desta pesquisa dividi-la em três capítulos. No primeiro capítulo, realizou-se uma análise mostrando o caminho da pesquisa em relação ao desenho que se cria a respeito do problema,

demonstrando a realidade dos programas de acolhimento institucional, analisando um relatório do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como um quadro conceitual acerca da diferenciação entre a criança, o adolescente e o jovem e, ainda entender um pouco a respeito das políticas públicas voltadas para a juventude.

No segundo momento, entendeu-se a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, analisando esse documento em seu contexto que diz respeito aos aspectos da doutrina da proteção integral, verificando, sobretudo, os princípios norteadores de tais princípios, as suas políticas de atendimento, as diretrizes e linhas de ação e ainda, a respeito da medida protetiva de acolhimento institucional.

No terceiro capítulo, discutiu-se a respeito do estatuto da juventude e as políticas públicas voltadas para o jovem, analisando a premissa de que tais direitos adquiridos surgem com o status de uma continuidade da proteção integral. Elaborou-se comentários acerca do Estatuto da Juventude, assim como a respeito dos Princípios da Proteção Integral e, no mesmo sentido, verificou-se a possibilidade de serem criadas políticas Públicas para os jovens egressos das unidades de acolhimento institucional.

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, de caráter estritamente bibliográfico. Usando-se assim autores e especialistas da área de políticas públicas para respaldar a ideia primordial desta pesquisa, ou seja, realizar o enfoque para que seja reconhecida a ausência de políticas públicas para esse grupo específico de jovens.

## 2 REALIDADE DOS PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

No intuito de traçar trilhas para a pesquisa, será realizada breve contextualização do problema que envolve a proteção normativa quanto às políticas públicas atinentes aos jovens egressos das unidades de acolhimento institucional. Ainda será apresentado quadro conceitual quanto aos termos adolescente, jovem e políticas públicas, a fim de conferir maior clareza ao texto, evitando assim, eventuais dúvidas à interpretação do leitor.

### 2.1 Relatório do Conselho Nacional do Ministério Público

Desde a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, ECA), muito tem se comentado a respeito dos procedimentos de proteção das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Esta proteção termina quando o adolescente atinge a idade de 18 anos, a teor do art. 2º da mencionada lei.

Desta forma, nesta idade o indivíduo atinge capacidade para exercer plenamente todos os atos da vida civil, conforme art. 5º do Código Civil<sup>4</sup>. A partir de então o indivíduo passa a ser responsável por sua própria vida, e consequentemente estaria apto a construir um projeto de vida, por meio do caminho que escolher seguir<sup>5</sup>.

O adolescente, ao atingir a fase adulta, quando inserido numa família estruturada, não enfrenta grandes conflitos relacionados à busca de autonomia ou estabilidade, pois em tese conta com o apoio da família, sem precisar, portanto, se preocupar de imediato com o que fará de sua vida a partir da maioridade civil<sup>6</sup>.

Entretanto, o mesmo não acontece quando o jovem encontra-se em uma unidade de acolhimento institucional, pois ao atingir 18 anos, não é mais protegido pelas estratégias de inserção social prevista no do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em muitos casos, os jovens egressos das unidades de acolhimento institucional são recebidos em repúblicas, que são casas de apoio ao jovem, enquanto esperam

---

<sup>4</sup> BRASIL, Lei nº 10.406 de 2002. Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em 10. mar. 2015.

<sup>5</sup> ABRAMO, Helena W. BRANCO; Pedro Paulo M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

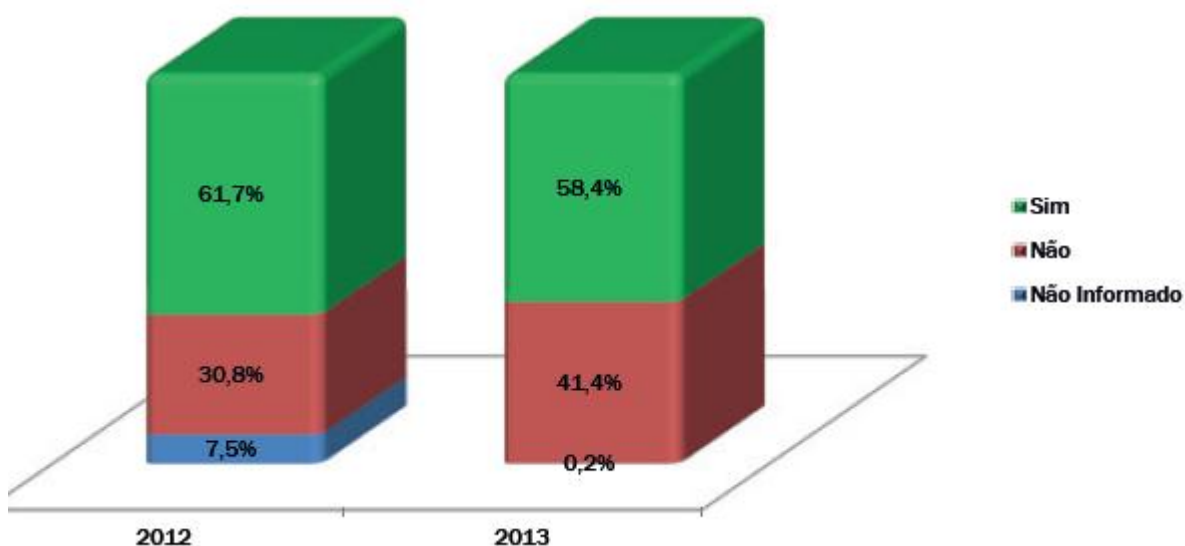
<sup>6</sup> NEVES, Gustavo Kloh Muller. **Direito de família**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.



conseguir um emprego e, conseqüentemente, encontrem a sua autonomia e inserção social. Estas repúblicas para jovens egressos das unidades de abrigos tem por finalidade oferecer apoio para que os jovens busquem a qualificação profissional, já iniciada nas unidades de acolhimento.

Chama-se atenção para o relatório elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público no período de 2012 a 2013 de caráter nacional sobre o atendimento de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento com destaque para os indicadores pertinentes ao acompanhamento de jovens egressos.

**Gráfico 01**–Abrigos que Acompanham os Egressos até 6 meses após o desligamento<sup>7</sup>



Fonte: BRASIL (2012-2013), CNMP, p. 95.

Pelos gráficos acima, verifica-se que nos anos de 2012, de um universo pesquisado de 100% das unidades de abrigo, um total de 61,7% informaram que fazem o acompanhamento do jovem egresso - aquele que atingiu a maioridade e necessariamente é obrigado a deixar as unidades de abrigo -, após os primeiros 6 meses de desligamento do abrigo, enquanto um total de 30,8% dos abrigos informaram que não fazem esse acompanhamento e, outros 7,5% dos pesquisados não informaram a respeito se fazem ou não esse acompanhamento junto aos jovens egressos das unidades de abrigo.

<sup>7</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. p. 95.

No mesmo sentido, no ano de 2013, dos 100% de abrigos pesquisados, 58,4% informaram que fazem o acompanhamento dos jovens egressos até os primeiros 6 meses após o desligamento, enquanto 41,4% não realizam este acompanhamento e, apenas 0,2% dos abrigos não informaram se realizam ou não esse acompanhamento.

Infere-se dos gráficos acima que houve uma redução de 3,3% dos abrigos que fazem o acompanhamento dos jovens egressos nos primeiros 6 meses após o desligamento, enquanto, no mesmo período, ou seja, entre os anos de 2012 e 2013, houve um aumento de 10,6% de abrigos que, por algum motivo deixaram de acompanhar os jovens egressos nos primeiros 6 meses de desligamento.

Em 03 de agosto de 2009, foi sancionada a Lei 12.010 que alterou as leis nº 8.069/90 e revogou os dispositivos da lei nº 10.406/2002, além do Decreto-lei nº 5.452/43, dando outras providências<sup>8</sup>.

Tais alterações puseram em destaque que não foram ignoradas o número de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos que não foram adotados ou regressaram aos seus lares e, que por algum motivo permanecem em unidades de acolhimento institucional.

Assim, a Lei nº 12.010/09 vislumbrou a possibilidade de órgãos e agentes envolvidos com questões referentes à juventude tomassem o cuidado especial em relação aos jovens cuja possibilidade de reintegração ao convívio com a família de origem é considerada remota, buscando-se assim, meios para minimizar os danos causados por uma vida que tenha os vínculos familiares fragilizados<sup>9</sup>.

Ressalta-se que deve haver uma preocupação com o jovem que está na eminência de deixar o serviço de acolhimento em virtude da aproximação da maioridade, uma vez que, este desligamento deve acontecer gradualmente para que não haja no jovem egresso um sentimento de perda<sup>10</sup>.

---

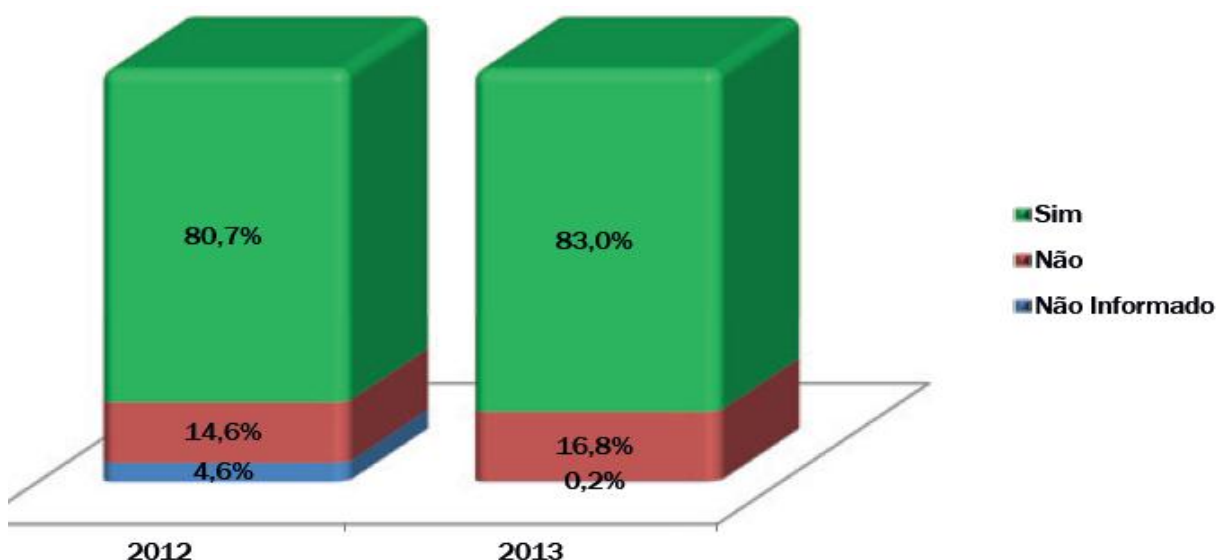
<sup>8</sup> BRASIL. **Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)> Acesso em: 22 maio. 2015.

<sup>9</sup>BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. p. 81.

<sup>10</sup> ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas. 2014.

Ressalta-se que muitas vezes, o único referencial de parentesco que o adolescente tem, diz respeito aos vínculos construídos na própria instituição, portanto, um desligamento brusco, pode causar rupturas irreversíveis na vida do egresso.

**Gráfico 2** – Abrigos que realizam atividades para o desligamento gradativo<sup>11</sup>



Fonte: BRASIL (2012-2013), CNMP, p. 80.

Em análise ao gráfico acima, pode-se perceber que no ano de 2012, 80,7% dos abrigos brasileiros realizaram alguma atividade para amenizar o desligamento gradativo do jovem com idade variando entre 15 a 17 anos. Da mesma forma, verifica-se que 14,6% dos abrigos informaram que não fizeram nenhum tipo de atividades para que houvesse um desligamento dos adolescentes, enquanto 4,6% dos abrigos pesquisados não informaram se fizeram ou não atividades voltadas para o desligamento gradativo do jovem.

No ano de 2013, 83,0% dos abrigos informaram que realizaram algum tipo de atividade para o desligamento gradativo dos adolescentes, enquanto que 16,8% dos participantes informaram que não realizaram atividades voltadas para o desligamento gradativo dos jovens e apenas 0,2% dos abrigos pesquisados não informaram se realizaram ou não alguma atividade para o desligamento gradativo do jovem.

Observa-se pelos gráficos acima que houve um aumento em relação aos abrigos que realizaram algum tipo de desligamento gradativo dos adolescentes que teriam que deixar as suas respectivas unidades de abrigo. Em contrapartida, houve também um aumento significativo em relação aos abrigos que não realizaram atividades relativas ao desligamento

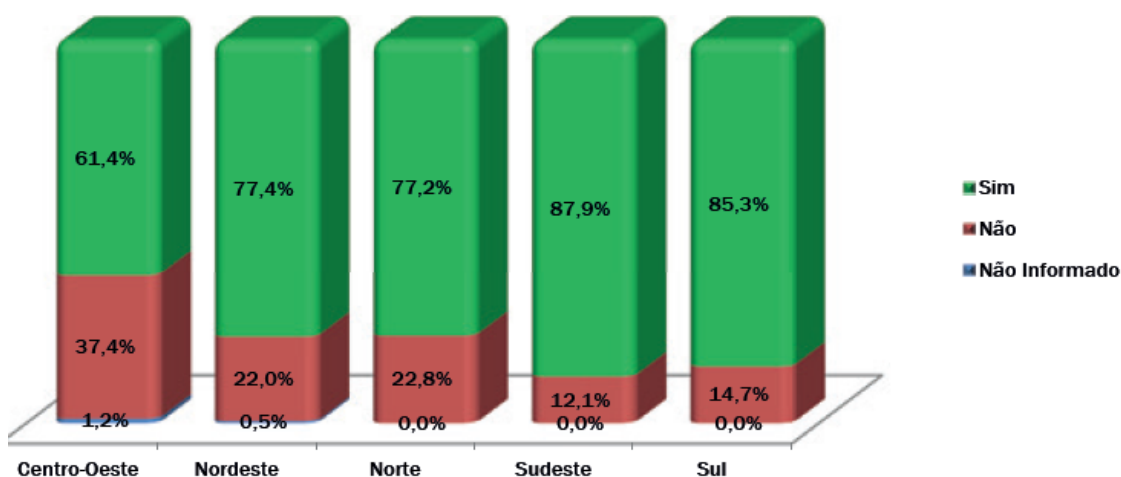
<sup>11</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. p. 80.

gradativo. Sendo que o número de indivíduos que deixaram de informar tais dados, diminuiu de 4,6% em 2012, para apenas 0,2% em 2013.

A importância das ações desenvolvidas pelas unidades de acolhimento de crianças e adolescentes é de fundamental importância para que o jovem adolescente aceite deixar o seu grupo, seus pares, sem que fique perdido durante o processo de adaptação ao convívio social<sup>12</sup>.

Ainda, abordando o desligamento gradativo, porém por regiões no Brasil, tem-se o seguinte gráfico<sup>13</sup>:

**Gráfico 3** – Abrigos que realizam atividades para o desligamento gradativo por região<sup>14</sup>



Fonte: BRASIL (2013), CNMP, p. 82

Em análise ao gráfico acima, pode-se perceber que na região Centro-Oeste, 61,4% dos abrigos realizam alguma atividade para o desligamento gradativo dos adolescentes das unidades de abrigo, ao passo em que 77,4% dos abrigos da região nordeste realizam as atividades para o desligamento gradativo. No mesmo sentido, verifica-se que na região norte 77,2% dos abrigos realizam atividades para o desligamento, acontecendo também com 87,9%

<sup>12</sup> SILVA, Enid Rocha Andrade da; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. Os Abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 11, ago 2005.

<sup>13</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015. Art. 92, VIII e Art. 94 X.

<sup>14</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. p. 82.

dos abrigos da região Sudeste, enquanto que na região Sul do país, um total de 85,3% dos abrigos realizam atividades para que haja o desligamento gradativo do adolescente.

Em contrapartida, verifica-se que na região Centro-Oeste, 37,4% dos abrigos não realizaram nenhuma atividade voltada para o desligamento gradativo, enquanto que na região Nordeste 22,0% dos abrigos não realizaram atividades para o desligamento gradativo dos adolescentes.

Da mesma forma, na região Norte 22,8% dos abrigos informaram que não fizeram atividades voltadas para o desligamento gradativo, sendo que na região Sudeste, este número alcançou o índice de 12,1% dos abrigos, sendo que na região Sul do Brasil, 14,7% dos abrigos não realizaram atividades para que houvesse o desligamento gradativo do adolescente.

Em uma análise comparativa, verifica-se que as regiões Sudeste e Sul superaram os 85,0% de abrigos que realizaram atividades para o desligamento gradativo dos adolescentes, enquanto que as regiões norte e nordeste superaram os 75,0% dos abrigos que realizaram atividades referentes ao desligamento gradativo e, a região Centro-Oeste um pouco acima de 60,0% dos abrigos realizaram algum tipo de atividade para o desligamento gradativo.

O acompanhamento ao jovem egresso das unidades de acolhimento institucional é de suma importância para que o mesmo possa vencer os obstáculos estabelecidos, uma vez que, os jovens egressos perderão o único vínculo social que possuem, formado pelos seus companheiros de abrigo e os atendentes que lá trabalham<sup>15</sup>.

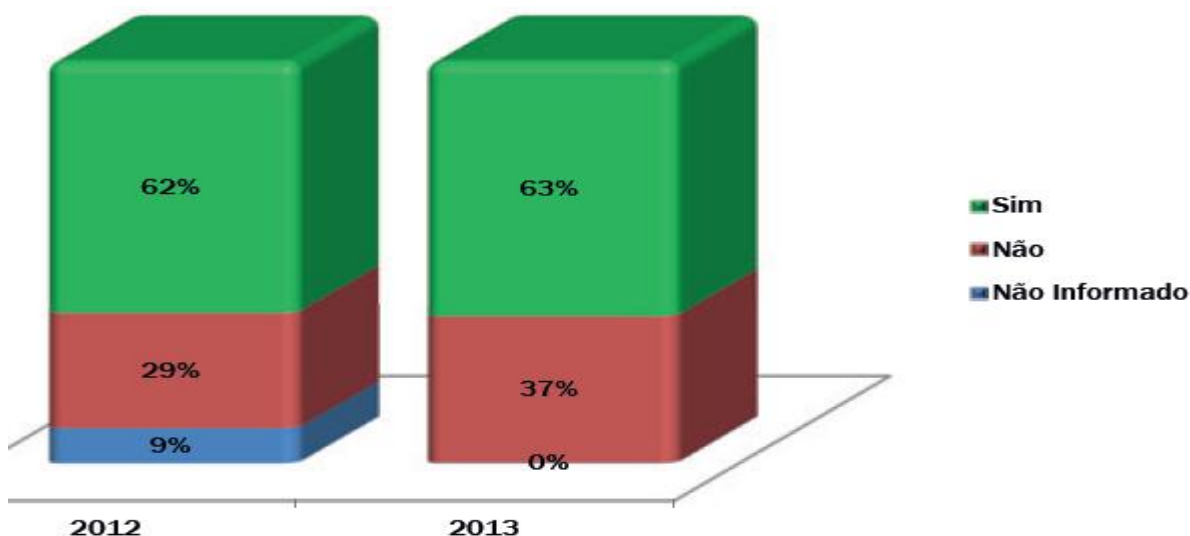
Em relação à inserção do adolescente entre 15 e 17 anos, no mundo do trabalho, o relatório teve o cuidado de verificar por regiões como as instituições de acolhimento estavam desenvolvendo esta intervenção visto que, o desligamento desta seria inevitável e os cursos profissionalizantes seriam essenciais para a construção de um projeto de vida do adolescente fora do contexto institucional<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> ALEXANDRE, Diuvani; VIEIRA, Mauro. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá v. 9, n. 2, p. 10-20, mai./ago. 2004.

<sup>16</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

**Gráfico 4**– Abrigos com adolescentes em atividades profissionalizantes<sup>17</sup>



Fonte: BRASIL (2012-2013), CNMP, p. 82.

Pelo gráfico acima pode-se perceber que no ano de 2012 foi questionado às unidades de abrigo se os adolescentes faziam atividades profissionalizantes dentro ou fora da instituição. Enquanto 62% das unidades de abrigo responderam que sim, ou seja, os adolescentes praticavam atividades profissionalizantes; 29% informaram que tinha essa preocupação em inserir os jovens em atividades profissionalizantes; enquanto 9% dos participantes não informaram.

Entretanto, realizado o mesmo questionamento no ano de 2013, um total de 63% das unidades de abrigo informou que proporcionaram condições para que os adolescentes fizessem cursos profissionalizantes, enquanto que 37% das unidades informaram que não ofereciam cursos profissionalizantes para os adolescentes.

Verifica-se que dos 29% que não ofertavam cursos profissionalizantes para os adolescentes, houve um aumento para 37% por cento, contabilizando os 8% do grupo dos 9% que não responderam ao questionamento em 2012; enquanto apenas 1% dos pesquisados que não haviam respondido ao questionamento em 2012, informaram que oferecem possibilidades de cursos profissionalizantes para os adolescentes, atendendo assim ao que determina o ECA em seu art. 94, X.

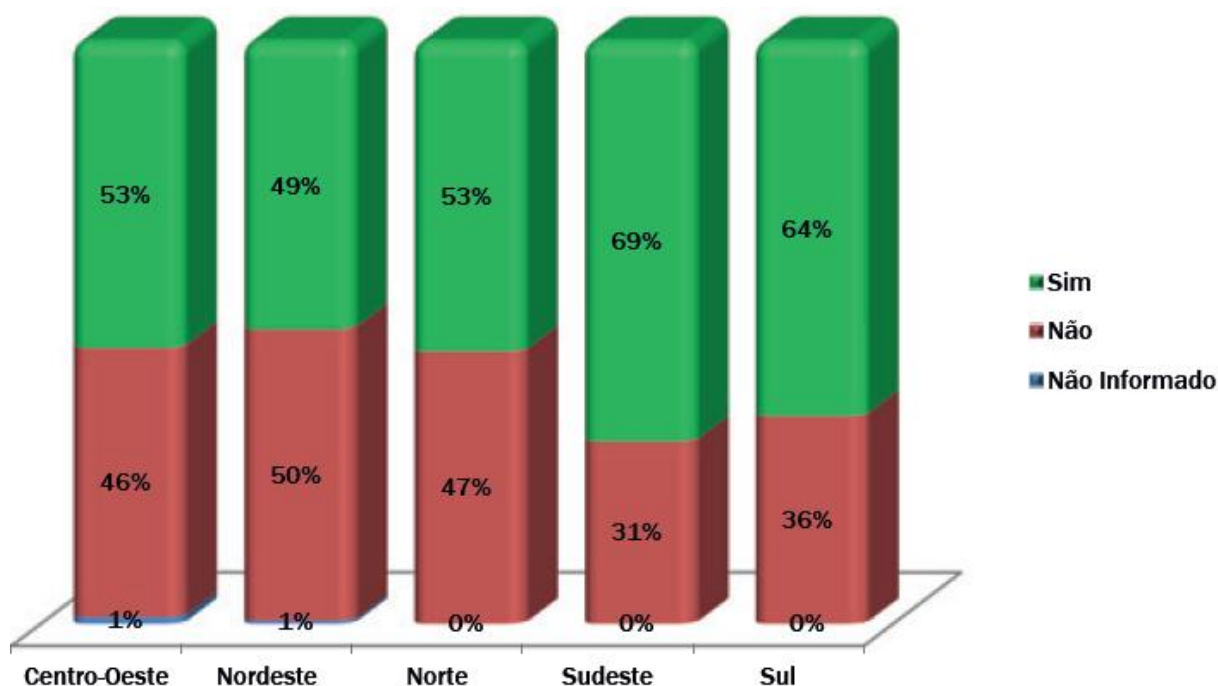
Oferecer condições para que os adolescentes que estão em unidades de acolhimento institucional alcancem a sua autonomia fora da instituição a qual o abriga é

<sup>17</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. p. 82.

primordial para que o jovem não necessite buscar por caminhos difíceis o seu próprio sustento e até mesmo auxilia a instituição em relação ao acompanhamento, pois se o jovem já sai da unidade de acolhimento com uma profissão, a inserção social desse jovem acontecerá de maneira mais rápida<sup>18</sup>.

Assim em novo gráfico, o CNMP realizou a verificação de acolhimentos institucionais que possuem atividades profissionalizantes, por região, analisando assim, a incidência de unidades de acolhimento em regiões brasileiras tinham maior ou menor preocupação em levar os adolescentes a cumprirem atividades profissionais dentro ou fora da unidade de abrigo.

**Gráfico 5** – Abrigos com adolescentes em atividades profissionalizantes por região<sup>19</sup>



Fonte: BRASIL (2013), CNMP, p. 82

Em análise do gráfico acima por regiões brasileiras em atendimento às unidades de acolhimento institucional, pode-se entender que ao questionar se nos locais de acolhimento haviam adolescentes em atividades profissionalizantes, verifica-se que, na região

<sup>18</sup> FREITAS, M. V.; PAPA, F. C (Orgs.). **Políticas públicas de juventude: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2007.

<sup>19</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. p. 82.

Centro-Oeste 53% dos acolhimentos institucionais informaram que sim, que possuem atividades profissionalizantes para os adolescentes, o mesmo número representado na região Norte, ou seja, 53%, enquanto na região Nordeste, 49% dos acolhimentos institucionais informaram que tinham adolescentes em atividades profissionalizantes, na região Sudeste, 69% dos acolhimentos institucionais informaram que os adolescentes estão em atividades profissionalizantes, enquanto que na região Sul, 64% disseram que os adolescentes estão em atividades profissionalizantes.

De acordo com o gráfico apresentado, 46% dos acolhimentos institucionais localizados na região Centro-Oeste informaram que não possuem jovens em atividades profissionalizantes, enquanto que na região Nordeste 50% dos acolhimentos institucionais informaram que não possuem jovens em atividades profissionalizantes, já na região norte do Brasil, esse número é de 47%, enquanto que na região Sudeste 31% dos acolhimentos institucionais disseram que não possuem adolescentes em atividades profissionalizantes, sendo que na região Sul, outros 36% dos participantes informaram que não tem adolescentes em atividades profissionalizantes.

Infere-se, portanto, do gráfico acima, que ainda há muitas unidades de abrigo que não seguem o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobretudo, em seu artigo 94, inciso X, que determina que as unidades de abrigo devam propiciar ao adolescente a sua profissionalização.

Diante desse contexto e com intuito de aprofundar melhor o assunto abordado acerca da problemática enfrentada pelo jovem egresso das unidades de abrigo, faz-se necessário realizar um capítulo desta pesquisa para tratar acerca dos aspectos da proteção integral das crianças e, sobretudo, dos adolescentes, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste contexto, observa-se que existem várias formas de se apoiar o jovem egresso. Entretanto, as mais comuns são: auxílio para inserção no mercado de trabalho, acompanhamento psicossocial, apoio material, reuniões e grupos de discussão, apoio financeiro, entre outros<sup>20</sup>.

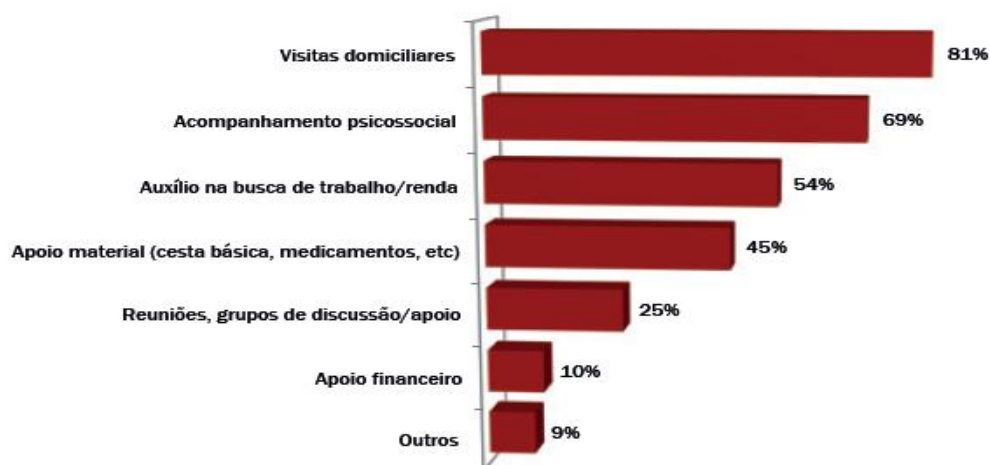
Desta forma, no gráfico abaixo, encontram-se as principais ações realizadas pelos acolhimentos institucionais em relação ao apoio e ao acompanhamento aos egressos.

---

<sup>20</sup> RAMOS, N. V. **Escola e rua: jovens egressos recontam suas histórias**. Santa Maria; RS: Pallotti, 2006.



**Gráfico 6** – Principais Ações, em abrigos, de apoio e acompanhamento aos egressos (2013)<sup>21</sup>



Fonte: BRASIL (2013), CNMP, p. 96.

Dos indicadores acima, depreende-se que, entre as ações realizadas em acolhimentos institucionais, que tenham por objetivo apoiar e acompanhar os jovens egressos, 81% dessas ações relacionam-se às visitas domiciliares, enquanto 69% dos abrigos informaram que fazem o acompanhamento psicossocial, outros 54% noticiaram que realizam auxílio na inserção do jovem no mercado de trabalho ou para que o egresso tenha uma renda; 45% proporcionaram apoio material com o oferecimento de cestas básicas, medicamentos, entre outros, sendo que 25% comentaram que realizam discussões em grupo ou reuniões de apoio; 10% dos acolhimentos institucionais informaram que concedem apoio financeiro aos egressos, enquanto 9% dos participantes apoiam ou acompanham os jovens egressos com outras ações.

Observa-se que as estratégias de apoio e acompanhamento dos jovens egressos são variadas, porém, ainda assim, como se percebe no gráfico 1, há uma porcentagem alta de acolhimentos institucionais que não realizam nenhum tipo de acompanhamento aos jovens egressos.

As visitas domiciliares, a princípio podem não parecer muito, aos olhos de quem não está vivenciando a situação de ter que deixar o ambiente que conhece como lar, entretanto, para os jovens egressos, que precisam deixar as unidades de acolhimento institucional, as visitas domiciliares, tem o objetivo de apoiá-lo durante a caminhada rumo à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia.

<sup>21</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude** – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. p. 96.

## 2.2 Quadro conceitual

Neste ponto será apresentado quadro conceitual referente aos termos adolescente, jovem e políticas públicas, a fim de assegurar clareza ao texto e evitar eventuais interpretações marcadas por equívocos.

A infância é entendida como um período em que o indivíduo vive em um “mundo de fantasias”, com muito tempo para brincar, e caracteriza-se por ser um tempo em que a pessoa é constantemente feliz, com muita alegria e despreocupados. Enquanto a adolescência, ao contrário, é caracterizada por um período na vida do indivíduo em que ele é entendido como um sujeito difícil de lidar e que vive em um mundo de confusão e repleto de crises<sup>22</sup>.

Ser jovem não implica necessariamente deixar a adolescência e passar a agir como adultos em todos os sentidos. Contudo, não significa que o jovem necessite do apoio incondicional de outras pessoas para resolver todos os seus problemas<sup>23</sup>.

### 2.2.1 Adolescente e Jovem

No âmbito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, o termo criança é usado para referir-se às pessoas menores de 18 anos de idade. Já o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em seu artigo 2º denomina criança, o indivíduo que possui entre 0 a 12 anos incompletos.

Observa-se que a letra da lei apresenta diferenças entre as crianças e os adolescentes, sendo que a criança é o menor que tem idade entre zero a doze anos incompletos. Contudo, a expressão em inglês *child*, presente na Convenção Internacional é mais abrangente, envolvendo todo indivíduo menor de dezoito anos<sup>24</sup>.

O Código de Menores de 1979, não fazia essa distinção ente crianças, adolescentes e jovens. Na verdade, esta codificação fazia apenas menção aos menores de

---

<sup>22</sup> CALIL, M. I. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In: OZELLA, S. (Org). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 83.

<sup>23</sup> POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org). **Juventude e sociedade: trabalho, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

<sup>24</sup> ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 15. ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 9.

dezoito anos (artigo 1º)<sup>25</sup>. Com o advento do ECA, houve a necessidade de se trabalhar essa diferença entre criança e adolescente, uma vez que havia a necessidade de se estabelecer atendimentos diferenciados para os dois grupos.

É difícil objetivarem qual idade ocorre a transformação da infância para a adolescência, levando-se em consideração o critério biológico. Existem crianças de dez anos de idade que já se manifestam com características que concerne ao período determinado como adolescência<sup>26</sup>. Essas características podem ser entendidas como sendo mudanças de caráter físico e psicológico, surgindo assim os chamados comportamentos irreverentes e desafiantes<sup>27</sup>.

As mudanças físicas decorrem da alteração hormonal que influencia no estado emocional do adolescente. Na criança do sexo feminino, por exemplo, ocorre a maturação do aparelho sexual. Em face dessas mudanças a Organização Mundial da Saúde (OMS), estabelece a adolescência a faixa etária de onze a dezenove anos de idade<sup>28</sup>.

O conceito de adolescente a partir do critério fixado e mencionado no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, indivíduo que possui doze anos completos a dezoito anos incompletos, leva à compreensão da proteção integral para todos que estejam nesta faixa etária. Contudo, o Código Civil, em seu artigo 5º fixa a maioridade civil aos dezoito anos<sup>29</sup>.

Assim, vê-se que não há consenso sob o ponto de vista normativo quanto aos termos adolescente e jovem. As dificuldades na conceituação de adolescente e jovem são reforçadas diante da aprovação da Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010, que introduziu no artigo 227 do Texto Constitucional a expressão jovem, junto às expressões criança e adolescente. A referida Emenda previu a elaboração de um Estatuto do Jovem, alinhando-se à tendência jurídica de elaboração de microssistemas para amparar aquelas que

---

<sup>25</sup> BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Brasil, 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)> Acesso em 15 maio. 2015.

<sup>26</sup> CURY, Munir. **O ministério público e a justiça de menores**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

<sup>27</sup> OZELLA, S. (Org). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 91-101.

<sup>28</sup> BENEDITO, Ademir de Carvalho. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. São Paulo: Malheiros, 2000.

<sup>29</sup> BRASIL, **Lei nº 10.406 de 2002**. Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 10 mar.2015.

se convencionou chamar de faixas etárias vulneráveis, merecedoras, segundo Ishida<sup>30</sup>, de uma tutela maior por parte da sociedade e do Estado. Essa determinação constitucional se concretizou com a edição da Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, conhecida como Estatuto da Juventude<sup>31</sup>.

Ressalta-se que o artigo 227 ganhou nova redação a partir da Emenda Constitucional, nos referidos termos:

“É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”<sup>32</sup>

Neste sentido, vale lembrar que a legislação brasileira valorizou o jovem, dando um passo prioritário no que diz respeito às políticas públicas instituídas para os mesmos, entretanto, dificulta em relação à determinação entre a transição da adolescência para a idade adulta.

Também restou um tanto confuso em relação ao preconizado pelo ECA, que em seu artigo 2º determina a adolescência como sendo o período que vai dos doze aos dezoito anos incompletos, enquanto o Estatuto da Juventude no parágrafo primeiro de seu art. 1º, determina que jovem é caracterizado pela pessoa que esteja entre as idades de quinze a vinte e nove anos. Portanto, verifica-se que além de ser protegido pelo ECA, o jovem de quinze aos dezoito anos teve uma proteção reforçada no campo das políticas públicas em relação aos indivíduos que estão na faixa de zero a quatorze anos incompletos.

Sobre o assunto, Ishida comenta que a respeito da manutenção da adolescência, como mencionado pela própria justificativa do Estatuto do Jovem, haveria uma proteção suplementar. O que significa dizer que primeiro se aplica com primazia o ECA ao

<sup>30</sup> ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas. 2014. p.110.

<sup>31</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015.

<sup>32</sup> BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 30 mar.2015.

adolescente entre quinze e dezoito anos, e depois, subsidiariamente, aplicar-se-ia o Estatuto do Jovem<sup>33</sup>, o que sinaliza dupla proteção.

Feitas estas considerações, na presente pesquisa o termo adolescente será utilizado para designar o indivíduo compreendido na faixa etária de 12 anos a 18 anos incompletos. Enquanto que o termo jovem será empregado para o indivíduo que possua entre 18 e 29 anos de idade.

### 2.2.2 Políticas Públicas

Entende-se por políticas públicas, ações que, formuladas por leis e regras de caráter abrangentes, tendem a estabelecer um conjunto de normas, que dizem respeito aos programas e às ações e visam trazer benefícios e recursos que se voltam à promoção do bem-estar da sociedade, prevendo os direitos do cidadão<sup>34</sup>.

A respeito das políticas públicas, Bucci sustenta que são programas e ações governantes e que visam atender as necessidades de um grupo de indivíduos, ficando tais políticas públicas à disposição do Estado com o intuito da realização de objetivos sociais que sejam relevantes e que sejam ainda politicamente determinados<sup>35</sup>.

A partir desse conceito é possível inferir que as políticas públicas são deliberadas e elaboradas democraticamente, com a participação de segmentos da sociedade e de grupos majoritários quanto aos minoritários, visto que, as políticas públicas tem por fundamento a necessidade de se concretizar direitos por meio de positivities advindas do Estado.

Ressalta-se que o fato de haver um plano isolado ou um único programa, não pode ser caracterizado como uma política pública, pois é necessário que haja um conjunto de caráter articulado referentes à programas que operam para que seja realizado um objetivo, entretanto, que este seja parte de um todo<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 110.

<sup>34</sup> BREUS, Thiago Lima. **Políticas públicas no Estado constitucional**: problemática da concretização dos direitos fundamentais pela administração pública brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

<sup>35</sup> BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 241.

<sup>36</sup> BUCCI, Maria Paula Dallari et al. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2001.

Deve-se considerar, portanto, que nem toda decisão considerada política pode ser chamada de política pública, sendo que esta é considerada como a concretização de várias decisões políticas. Neste contexto, pode-se observar que as políticas públicas são entendidas como conjunto de processos que tendem a ajudar na escolha, utilizando-se a razão e de caráter coletivo, visando as prioridades, para que se defina interesses considerados públicos que sejam reconhecidos pelo direito<sup>37</sup>.

Os ciclos ou fases que possuem as políticas públicas são diversificadas, a saber, inclusão na agenda, formulações, implementações, monitoramento e avaliação<sup>38</sup>.

A partir dos ciclos ou fases das políticas públicas é possível vislumbrar a necessidade de uma exposição de motivos, assim como de fundamentos que trazem em seu bojo objetivos que devem visar a orientação de programas governamentais no que concerne a resolução de problemas que mobilizam a sociedade, assim colaborando com a aproximação da sociedade com a Administração Pública<sup>39</sup>.

Verifica-se que a imprescindível aferição das necessidades da sociedade para a formulação de políticas públicas para aquele setor, pois nem tudo o que é preponderante para um grupo, pode, necessariamente ser de interesse de outro. Desta forma, as políticas públicas devem ser elaboradas na perspectiva de concretizar os direitos humanos de caráter sociais, incluindo-se neste rol os direitos dos jovens.

A participação da sociedade na formulação, assim como na decisão e execução das políticas públicas, realizada por audiências públicas é primordial para que se façam políticas públicas coerentes e que tenham eficácia no desenvolvimento social<sup>40</sup>.

Não se pode confundir políticas públicas com planos e programas governamentais, uma vez que políticas públicas podem ser entendidas como sendo um curso de ação do Estado e que refletem um jogo de interesses coletivos, enquanto que um programa

---

<sup>37</sup> BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, n 133, p. 89 – 98, jan/mar1997.

<sup>38</sup> BREUS, Thiago Lima. **Políticas públicas no Estado constitucional**: problemática da concretização dos direitos fundamentais pela administração pública brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007

<sup>39</sup> BALBINO, Michelle Lucas Cardoso. Políticas públicas e os programas governamentais. **Revista Brasileira de Políticas públicas**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 51-76, jan./jun. 2013.

<sup>40</sup> BERCOVICI, G. Planejamento e políticas públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 143.

governamental é uma ação de menor abrangência, podendo ser entendido como um desdobramento de uma política pública<sup>41</sup>.

Das reflexões de Bucci quanto ao conceito de políticas públicas, discute-se que as ações e programas governamentais ou não estão direcionadas ao enfrentamento de um problema público, a exemplo das políticas voltadas aos jovens egressos das unidades de acolhimento institucional.

---

<sup>41</sup> BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas:** reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 148.

### 3 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: ASPECTOS DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Conforme salientado no quadro conceitual, o jovem foi elevado à condição de prioridade absoluta constitucional, juntamente com a criança e o adolescente, faz-se necessário breve abordagem sobre os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e a política de atendimento ali desenhada, para que no próximo capítulo seja possível apreciar a existência do viés de proteção integral no Estatuto da Juventude.

É importante compreender o Direito da Criança e do Adolescente que reclamou por uma teoria de caráter jurídico próprio, que fosse resultante do conflito de valores, os quais foram produzidos por outras doutrinas, entretanto, acabaram alcançando um ‘*status*’ considerado teórico, porém que oriente a compreensão de valores, assim como de princípios e de normas próprias<sup>42</sup>.

#### 3.1 Princípios norteadores

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 69, inciso II que o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, visto que devem ser respeitado à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Desta forma, a teoria da proteção integral tende a desempenhar um papel que estrutura o sistema, uma vez que reconhece tal sistema sob a ótica da integralidade, ou seja, reconhece todos os direitos que asseguram e são fundamentais à pessoa humana, enfatizando especialmente os direitos decorrentes da condição peculiar da pessoa em desenvolvimento<sup>43</sup>.

O direito inerente à criança e ao adolescente surge como um sistema que tende a ser orientado pelo princípio do interesse maior desses entes, uma vez que já é uma vitória, ser considerada pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.

O fato de serem pessoas em condições peculiar de desenvolvimento significa dizer que além dos direitos inerentes aos adultos, as crianças e os adolescentes,

---

<sup>42</sup> LIBERATI, Wilson Donizetti. **Processo penal juvenil**: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa. São Paulo: Malheiros, 2006.

<sup>43</sup> VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene Cássia Policarpo; BARBOSA, Vivian Sandoval. Menoridade Civil: algumas reflexões sobre a teoria das incapacidades. **Revista da Faculdade de Direito da UFSC**, Florianópolis, n. 2, p. 123-141, 1999.



também tem direito, desde que sejam aplicáveis à sua idade, ainda possuem direitos especiais por não terem acesso ao conhecimento considerado pleno de seus próprios direitos<sup>44</sup>.

Assim como, as crianças e os adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento por não ter atingido condições de defender os seus próprios direitos em relação às omissões e também as transgressões que tendem a violá-los enquanto menores.

Ressalta-se que a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento não implica necessariamente por uma definição de que afirma que isso acontece pelo fato de a criança ou adolescente não ter condição, não ser capaz, não saber. O que implica em afirmar que a criança e o adolescente não são seres inacabados, entretanto, por não poderem agir sozinhos, necessita de apoio para alcançar determinados objetivos inerentes de sua condição, até que chegue a chamada idade adulta<sup>45</sup>.

As crianças e adolescentes possuem meios próprios para que arquem com a sua própria situação, mesmo em suas necessidades básicas, portanto, precisam de um amparo maior neste sentido.

Neste contexto, percebe-se ainda que as crianças e os adolescentes encontram-se em pleno desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e sociocultural, portanto, não respondem pelo cumprimento das leis e outros deveres e obrigações que são inerentes à cidadania do mesmo modo em que os adultos respondem<sup>46</sup>.

Assim, não é difícil entender que as crianças e os adolescentes possuem uma prioridade absoluta que é entendida em receber proteção e socorro em todas e quaisquer circunstâncias, assim como possuem precedência no atendimento relacionado ao serviço ou órgão público de qualquer poder, tendo também a preferência em relação à formação e ainda à execução das políticas sociais públicas, tendo ainda o privilégio no que concerne a destinação de recursos públicos para as áreas que se relacionam à proteção da infância e da juventude<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> LIMA, Miguel M. Alves. **O Direito da criança e do adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica**. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

<sup>45</sup> DUPRET, Cristiane. **Curso de direito da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Ius, 2010.

<sup>46</sup> NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 15-16.

<sup>47</sup> TAVARES, Patrícia Silveira. As medidas de proteção. **Curso de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Ática, 2013.

Verifica-se assim que cada etapa do desenvolvimento deve ser respeitada, visto que representa, à sua maneira, um período de plenitude e, que, portanto, compreendida e acatada pelos adultos em todos os sentidos.

Neste sentido, é importante perceber que a intenção do legislador em formular situações que são de melhor interesse das crianças e dos adolescentes, foi a de proteger de forma integral os direitos do menor, fazendo com que tais direitos se sobreponham a qualquer outro bem ou interesse que tenha caráter jurídico e seja tutelado, levando sempre em conta a destinação social da lei e o respeito que são inerentes da criança e adolescente.

É fato que a legislação está protegendo pessoas imaturas, daí a necessidade de haver uma proteção de caráter integral, pois a pessoa da criança ou adolescente ainda está em desenvolvimento e precisa de cuidados visando sempre a melhor aplicação do direito.

A doutrina da proteção integral tem como um de seus princípios o do melhor interesse que é regra basilar do direito da infância e da juventude, e deve permear todo tipo de interpretação dos casos envolvendo crianças e adolescentes. Trata-se da admissão da prioridade absoluta dos direitos da criança e adolescente<sup>48</sup>.

Observa-se que o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente já havia sido preconizado no Código de Menores, entretanto, o seu alcance atual é real, diferente de outros tempos em que tal princípio era interpretado de forma equivocada e, portanto, arbitrariedades eram cometidas em relação aos direitos das crianças e adolescentes.

Afirma-se isso, por entender que o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente outrora ficava a critério exclusivo de autoridades judiciárias, ou seja, quem poderia determinar o que era melhor para o interesse dos menores.

Entretanto, o princípio do melhor interesse passou a ganhar respaldo quando em seu artigo 227 assegura à família, considerada a primeira instituição à responsabilidade para a defesa dos direitos da criança e do adolescente. No mesmo sentido, concede ao Estado o dever de dar proteção especial ao menor.

Desta forma é correto afirmar que todas as condutas devem ser tomadas levando em consideração o que é melhor para o menor. Lembrando que, nem sempre o que é melhor para o menor, é o que ele deseja.

---

<sup>48</sup> ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

A respeito do princípio da Prioridade Absoluta, entende-se que a criança e o adolescente são o patrimônio da humanidade. Este princípio tem reflexo direto em todo o sistema jurídico devendo cada ato administrativo ser pensado e analisado se está em consonância com o art. 227 da Constituição Federal, já que a criança, o adolescente e o jovem têm prioridade absoluta em seus cuidados<sup>49</sup>.

A respeito do princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, é importante frisar que o sistema de Justiça deve ter uma atuação, sempre que necessário, dando efetiva preferência aos menores, visando sempre à integração da criança e do adolescente à cidadania.

Ressalta-se ainda que para o eventual embate de caráter jurídico, é imprescindível registrar que o princípio da prioridade absoluta é limitador e condicionante ao poder discricionário do administrador público<sup>50</sup>.

Desta forma, chega-se ao consenso de que é de responsabilidade por manter os princípios norteadores da proteção integral da criança e do adolescente dos três entes federados, ou seja, da União, do Estado e do Município (Distrito Federal), sendo de responsabilidade solidária.

Uma vez que a Constituição Federal indica em seu artigo 196 que é dever dos entes públicos que se promova, em caráter solidário, o atendimento à saúde de crianças e adolescentes. O mesmo sendo indicado no artigo 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 100, parágrafo único e inciso III, informa que é de responsabilidade solidária a implementação de políticas públicas que se destinem a efetivação plena dos direitos das crianças e adolescente<sup>51</sup>.

Diante do contexto apresentado, verifica-se que os princípios norteadores à proteção integral da criança, são variados, porém, todos visam a melhoria da qualidade de vida da criança e adolescente, sobretudo, em relação à sua vulnerabilidade, enquanto ser em formação física, intelectual, social, entre outros aspectos.

---

<sup>49</sup> LIBERATI, Wilson Donizetti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

<sup>50</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo de Andrade (Coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011.

<sup>51</sup> PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Educação, direito e cidadania. In: ABMP. **Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 1.

### 3.2 Política de atendimento

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) consolidou-se a partir da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) de 2006. O início do processo de formação do SGD, porém, é fruto de uma mobilização anterior, marcada pela Constituição de 1988 e pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como parâmetro para políticas públicas voltadas para crianças e jovens, em 1990.<sup>52</sup>

O SGDCA é composto pelo Estado, as famílias e a sociedade civil em geral, de forma que estes estejam integrados e se articulem para garantir as imposições do ECA e demais diplomas legislativos. O sistema se estrutura da seguinte forma: defesa, promoção e controle. Essa é uma divisão necessária para que possamos entender em quais campos de atuação cada ator age e é envolvido. Para que assim, possamos cobrar de nossos representantes suas responsabilidades.

No âmbito da defesa temos as leis e as instâncias judiciais, em que o Poder Judiciário, bem como as organizações da sociedade civil devem fiscalizar e zelar pelo devido cumprimento das leis.

A promoção é composta por profissionais da educação, saúde, segurança, organizações da sociedade civil, seja de iniciativa privada, sejam instituições governamentais. Estes são responsáveis por executar o direito, transformá-lo em ação.<sup>53</sup> Ou seja, esses profissionais devem garantir o direito à educação, à saúde, à alimentação, vestuário, entre outros.

Já na esfera do controle destacam-se os Conselhos de Direitos, que conferem espaço de participação da sociedade civil para a construção democrática de políticas públicas. São espaços institucionais para o cidadão formular, supervisionar e avaliar políticas

---

<sup>52</sup> SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Sistema de Garantia DCA** : sistema de garantia dos direitos, o corpo social para garantir direitos de crianças e adolescentes, 2015. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/direitosdainfancia/sistema-de-garantia-dca>> Acesso em: 24 set. 2015.

<sup>53</sup> SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Sistema de Garantia DCA**: sistema de garantia dos direitos, o corpo social para garantir direitos de crianças e adolescentes, 2015. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/direitosdainfancia/sistema-de-garantia-dca>> Acesso em: 24 set. 2015.

públicas junto a representantes do governo. Eles podem ter caráter deliberativo, normativo ou consultivo.<sup>54</sup>

Desde a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, previu-se que a política de atendimento que deve buscar efetivar esse novo Direito cujos destinatários são crianças e adolescentes.

O ECA, em seu artigo 86, indica que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios<sup>55</sup>. Desta forma, verifica-se que a responsabilidade pelas políticas públicas, afeta as crianças e os adolescentes estão afeitas às esferas governamentais quais sejam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo ainda a participação efetiva das entidades de caráter não governamentais.

Em nível federal, compete ao CONANDA elaborar as diretrizes da política de atendimento da criança e do adolescente<sup>56</sup> bem como atuar na fiscalização das referidas políticas (art. 2º da Lei nº 8.242/91)<sup>57</sup>.

Os Conselhos que asseguram os Direitos das Crianças e dos Adolescentes, tem por atribuições a formulação e o controle das políticas públicas assim como os Conselhos municipais.

Observa-se que a União tem a responsabilidade para a criação de normas gerais e de coordenação da política de atendimento. Enquanto que aos Municípios compete a efetivação direta dos direitos sociais.

---

<sup>54</sup> SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Sistema de Garantia DCA** : sistema de garantia dos direitos, o corpo social para garantir direitos de crianças e adolescentes, 2015. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/direitosdainfancia/sistema-de-garantia-dca>> Acesso em 24 set. 2015.

<sup>55</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015. Art. 86.

<sup>56</sup> ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 224.

<sup>57</sup> BRASIL, **Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8242.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8242.htm)> Acesso em: 20 fev. 2015.

Assim, o ECA tornou positiva a política voltada para a proteção integral da criança e do adolescente, pautados nos princípios que embasam a doutrina de proteção infantil e na perspectiva de desenvolvimento saudável.

Observa-se que o ECA tem a proposta de atuação que presta assistência e que extrapole o caráter individual que anteriormente predominava, realizando ações que levam à emancipação não somente de crianças e adolescentes, mas também de entes que estão de alguma forma ligadas a eles como a família, a escola e a comunidade<sup>58</sup>.

Desta forma, a Política de Atendimento preconizada pelo Estatuto da criança e do Adolescente, vai além do mero assistencialismo, que a partir do reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos jurídicos, fixou responsabilidade para a família, sociedade e Estado, no sentido de efetivar os direitos desta categoria notadamente por meio das políticas públicas.

### *3.2.1 Diretrizes e linhas de ação*

De acordo com o artigo 87 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são linhas de ação da política de atendimento: políticas sociais básicas, políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão<sup>59</sup>.

O mesmo artigo ainda determina que são linhas de ação da política de atendimento, serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos, assim como proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O inciso VI, o artigo 87 do ECA indica que as políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar da criança e adolescente.

---

<sup>58</sup> ALBERGARIA, Jason. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. Rio de Janeiro: Aide, 2007.

<sup>59</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015. Art. 87.

O ECA também determina as campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos<sup>60</sup>.

Verificando o disposto do artigo 87, a ação política baseia-se precipuamente em políticas sociais, incluindo assim a contratação de assistentes sociais, psicológicos, médicos, de identificação e de assistência jurídica.

Em relação às políticas sociais básicas, verifica-se que o ECA preconiza ações políticas que são destinadas às crianças e adolescentes no intuito de assegurar-lhes um desenvolvimento social de forma plena<sup>61</sup>.

Desta forma, o artigo 87, inciso I do ECA, se refere a duas diretrizes. A primeira diz respeito à descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal, e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social. A segunda refere-se à participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis<sup>62</sup>.

As políticas básicas sociais devem ter por finalidade a defesa dos direitos fundamentais de que trata o artigo 227 da Constituição Federal. Assim, verifica-se que o atendimento em caráter supletivo, então, no que tange à assistência social pode ser realizado de várias maneiras<sup>63</sup>.

Os serviços de que trata o inciso III são deveras relevantes. Embora não seja uma tarefa fácil, dever-se-ia envidar esforços no sentido de se exigir uma paternidade responsável, com efetiva aplicação das sanções penais disponíveis, para se evitar que o menor se torne vítima de negligência, maus-tratos, entre outros<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> ALVES, Roberto Barbosa. **Direito da infância e da juventude**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

<sup>61</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

<sup>62</sup> PENA JUNIOR, Moacir César. **Direito das pessoas e das famílias**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2008.

<sup>63</sup> BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 30 mar. 2015.

<sup>64</sup> ELIAS, Roberto João. **Diretrizes fundamentais da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2008.

A solução para a questão referida no inciso IV, visto tratar-se de atividade policial, seria obtida, talvez, com delegacias especializadas. Assim, a proteção jurídico-social pode ser realizada por qualquer entidade, inclusive, pelo Conselho Tutelar que, se cumprir com fidelidade as suas atribuições, conforme determina o artigo 136, certamente representará um grande passo na resolução dos problemas dos menores.

O convívio familiar é fundamental para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. Assim sendo, deve-se evitar tanto quanto possível o seu afastamento<sup>65</sup>, figurando acolhimento institucional como medida protetiva de caráter excepcional.

### *3.2.2 Medida protetiva de acolhimento institucional*

O Estatuto da Criança e do Adolescente trata das medidas protetivas de acolhimento de caráter institucional nos artigos 98 e ainda no artigo 102, sendo que no artigo 98 o ECA determina que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.

Assim, em seu inciso I, o artigo 98 determina que por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; enquanto que o inciso II verifica que por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e no inciso III, em razão de sua conduta<sup>66</sup>.

Desta forma, verifica-se que ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja aplicado, via de regra, para todas as crianças e adolescentes, verifica-se que existem certas medidas, sobretudo, as de proteção, que tendem a se aplicar somente a determinados grupos, principalmente em relação às circunstâncias previstas<sup>67</sup>.

Em relação ao preconizado no inciso I, verifica-se que este engloba uma série de situações advindas de falhas da sociedade ou do Estado. Hoje, por força do preceito constitucional do artigo 227, não somente a família, porém, o Estado e a sociedade devem assegurar à criança e ao adolescente todos os direitos que lhes são concernentes, a partir do direito à vida, com o objetivo de que possam crescer e se desenvolver plenamente.

---

<sup>65</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

<sup>66</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015. Art. 98.

<sup>67</sup> CERQUEIRA, Thales Tácito. **Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.



Assim, os princípios que dirigem a aplicação das medidas protetivas, partem da noção prioritária que indica que crianças e adolescentes são indivíduos que possuem direitos e nessa perspectiva é que deve ser escolhido o tipo de medidas que estão previstas no artigo 101 do ECA, o qual indica as medidas que podem ser utilizadas para a proteção das crianças e dos adolescentes.

Feitas estas abordagens acerca da doutrina da proteção integral presente e dispondo os seus princípios, as linhas de ação e as diretrizes que norteiam as políticas públicas destinadas a esta clientela, especificamente a medida de protetiva de acolhimento institucional, a seguir serão apresentados aspectos do Estatuto da juventude.

#### 4 ESTATUTO DA JUVENTUDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTINUIDADE DA PROTEÇÃO INTEGRAL?

Ao completar 18 anos de idade, o jovem que é atendido por unidades de acolhimento institucional devem deixar as instituições e trilhar o seu próprio caminho social, buscando a autonomia necessária para que tenha uma vida digna e plena.

Entretanto, ao longo desta pesquisa, percebeu-se que os jovens egressos de unidades de abrigo quase sempre encontram dificuldades em se adaptar à sua nova vida, como arranjar um bom emprego, ter uma moradia, visto que precisam de ajuda para esse período de adaptação.

Diante do exposto, a problemática existente ao longo desta pesquisa diz respeito à existência de proteção no campo normativo e políticas públicas correlatas para o jovem egresso das unidades de abrigo. Onde se questionou se tais leis existem de fato e se as mesmas funcionam.

Neste sentido, verifica-se que a proteção no campo normativo e em relação às políticas públicas que o jovem egresso de unidades de abrigo recebem, advém de leis elaboradas de forma geral e que são aplicadas para todos os jovens, sem distinção, como as advindas da Lei do Estatuto da Juventude<sup>68</sup> e do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Sendo assim, instituído pela Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, propõe políticas públicas em favor dos jovens que tenham idade entre 15 e 29 anos<sup>69</sup>. O que vai de encontro da determinação constitucional que institui absoluta prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem em relação aos direitos à vida, à saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, entre outros.

O texto maior fixa que a lei estabelecerá o Estatuto da Juventude e, cuja finalidade será a de dispor sobre os direitos dos jovens. Assim, o Estatuto da Juventude é um diploma que dispõe a respeito dos direitos dos jovens, bem como apresenta os princípios e as

---

<sup>68</sup> MACEDO, Severine Carmen (org). **Secretaria Nacional de Juventude: Políticas públicas de juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/136055145/SCDC-Lista-de-Pontos-de-Cultura-Nacional#scribd>> Acesso em: 10 jan. 2015.

<sup>69</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015.

diretrizes referentes às políticas públicas de juventude. Ainda cria o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

#### 4.1 Aspectos do Estatuto da Juventude

Entendendo por adolescente como aquele de 12 a 18 anos incompletos e como jovem o indivíduo maior de 18 anos indo até os 29 anos, o Estatuto da Juventude prevê em seus 48 artigos, meios para que os jovens tenham uma vida digna e plena em todos os sentidos, entretanto, tal Estatuto não realizou um estudo específico, ou seja, o Estatuto da Juventude, não previu, por exemplo, em quais situações as políticas públicas para a juventude deviam atingir um ou outro tipo de jovem, em verdade o documento discorre acerca de todas as problemáticas que por ventura os indivíduos na faixa etária entre 15 e 18 anos, enfrentarem.

Ainda assim, tal dispositivo traz em seu bojo além dos direitos que cabem aos jovens, discorre ainda a respeito das políticas públicas para que os jovens alcancem a sua autonomia<sup>70</sup>. Ainda que, não informa como as políticas públicas serão realizadas para que este preceito seja alcançado.

Assim, verifica-se que o Estatuto da Juventude pode ser entendido como a consequência de uma nova dinâmica da política voltada para a juventude, o que é uma discussão considerada recente, pois só passou-se a ter essa preocupação a partir dos anos de 1990 em diante. Até então, não havia essa discussão, pois não se fazia política pública específica para o jovem<sup>71</sup>.

Vale lembrar que sempre existiram as políticas públicas. Entretanto, no Brasil, essa preocupação em fazer políticas públicas para os jovens com idade entre 15 e 29 anos é recente.

Então, a elaboração do Estatuto da Juventude, surgiu como a consequência das discussões das últimas décadas acerca da necessidade de se trabalhar, ou melhor, realizar políticas públicas especificamente para os jovens.

---

<sup>70</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015. Art. 2º, inciso I.

<sup>71</sup> MACEDO, Severine Carmen (org). **Secretaria Nacional de Juventude: Políticas públicas de juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/136055145/SCDC-Lista-de-Pontos-de-Cultura-Nacional#scribd>> Acesso em: 10 jan. 2015.

É importante frisar que a ideia do Estatuto da Juventude foi trazer o foco para que a juventude tenha seus direitos respeitados, visto que muitas vezes, após completarem 18 anos, muitos jovens, considerados adultos, passam a ter uma responsabilidade maior consigo mesmo e para com os outros, entretanto, percebe-se que entre os 15 e 18 anos é quando encontram-se as maiores taxas de homicídios, do uso e tráfico de drogas, taxa de doenças sexualmente transmissíveis, então, o trato com o jovem deve ser pensado de forma estratégica e específica para sanar tais implicações na vida desses jovens. Daí a importância do Estatuto da Juventude<sup>72</sup>.

Atualmente existem aproximadamente 50 milhões de brasileiros na faixa etária entre 15 e 29 anos, sendo o maior número registrado no país. O Estatuto da Juventude assegura e aprofunda os direitos já previstos por lei como educação, trabalho, saúde e cultura. Por outro lado, o Estatuto assegura novos direitos aos jovens como o de participação social, a livre orientação sexual e a discussão a respeito da sustentabilidade.

O Estatuto também cria espaços para que a juventude seja ouvida e estimule a participação, para isso, serão elaborados Conselhos Estaduais e Municipais da Juventude. A esse respeito a Presidente Dilma afirmou que o Estatuto da Juventude passa a ser um marco na vida desses brasileiros.

O saldo positivo em relação ao Estatuto da Juventude diz respeito ao fato de poder colocar o jovem no sistema político brasileiro, não como coadjuvante, como outrora, mas como protagonista de direitos e deveres<sup>73</sup>.

Ressalta-se que em 2004, o Governo Federal já havia instituído um grupo considerado interministerial, que fora composto por 19 Ministérios e também Secretarias Especiais, que tinham por objetivo elaborar bases para que a Política Nacional de Juventude acontecesse e buscasse a integração de programas que tinham como foco a própria juventude<sup>74</sup>.

Desta forma, tal esforço acabou por gerar, por meio de Medida Provisória, que posteriormente fora convertida na Lei 11.129/2005, criando assim a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de

---

<sup>72</sup> VELHO, G. (Org.). **Individualismo e juventude**. 14. ed. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2010.

<sup>73</sup> CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. **Bibliografia sobre a juventude**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

<sup>74</sup> CASSETTARI, Chistiano. **Estatuto da Juventude** votação e apreciação. 2013. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/noticias>>. Acesso em: 10 mar 2015.

Inclusão de Jovens (Projovem). Representando assim um marco que caracterizava como uma política nacional de juventude<sup>75</sup>.

Então, verifica-se que o Estatuto da Juventude dá o direcionamento para que os problemas enfrentados pela juventude sejam sanados, fazendo com que os poderes públicos das diversas esferas tenham que pensar planos voltados para essa juventude. Surge a partir dessa premissa, a preocupação em relação ao tipo de jovem que está deixando as unidades de acolhimento institucional, pois são jovens que muitas vezes não apresentam uma estrutura física, psicológica e financeira para estarem sozinhos no meio social.

Neste contexto, ao longo desta pesquisa, foi verificado que embora muitas instituições de acolhimento institucional realizam atividades que garantem o desligamento deste jovem das unidades de abrigos de forma gradativa, muitas dessas instituições não apresentam essa preocupação para com o jovem, o que acaba deixando esses jovens sem maiores expectativas fora das unidades de abrigo<sup>76</sup>.

Neste contexto seria interessante que o Estatuto da Juventude observasse que os jovens que estão em instituições de abrigo precisam ter uma lei que respalde-os quanto à obrigatoriedade em realizar atividades que sejam profissionalizantes, uma vez que, conforme o informado anteriormente pelo (CNMP), não são todos os abrigos que entendem essa prática como uma necessidade do jovem abrigado<sup>77</sup>.

Vale lembrar que o Estatuto não foi construído aleatoriamente ou pelo fato de que foi preciso construir algo que valorizasse o jovem. Em verdade o Estatuto foi construído em conjunto com os movimentos juvenis, portanto, toda a visão política voltada para a garantia dos direitos dos jovens passou pelo crivo do próprio indivíduo.

Em relação à participação social do jovem, verifica-se no Estatuto que fica assegurado ao jovem o direito à participação social nas definições das políticas públicas gerais, ou seja, que abranja a todas as camadas e classes sociais e a participação social nas

---

<sup>75</sup> BRASIL. **Lei n. 11.129, de 30 de Junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)> Acesso em 29 abr. 2015.

<sup>76</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. **Após nove anos Estatuto da Juventude é sancionado**. 2013. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/novosite/imprensa/noticias-do-ibdfam/detalhe/4496>>. Acesso em: 15. fev. 2015.

<sup>77</sup> MACEDO, Severine Carmen (org). **Secretaria Nacional de Juventude: Políticas públicas de juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/136055145/SCDC-Lista-de-Pontos-de-Cultura-Nacional#scribd>> Acesso em: 10 jan. 2015.

definições de políticas públicas voltadas exclusivamente para os jovens. Assim, em seu artigo 3º, o próprio Estatuto prevê que os agentes públicos ou privados que, por ventura estiverem envolvidos com as políticas públicas devem ampliar as alternativas de inserção social do jovem assim como devem visar ao gozo direitos sociais aos jovens<sup>78</sup>.

Portanto o Estatuto da Juventude é um documento que reúne os pontos importantes que tende a promover o bem estar e desenvolvimento integral de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. Verifica-se assim que entre os direitos assegurados no Estatuto, alguns merecem destaques como o direito à participação do jovem nas decisões da comunidade, principalmente na formulação de políticas voltadas aos jovens<sup>79</sup>.

Além da garantia do direito pela educação básica, superior, profissional e tecnológica a todos os jovens brasileiros, sem que haja distinção. Assegurando também ao jovem o direito à profissionalização, assim como ao trabalho decente, à renda, à liberdade, à segurança e ainda à proteção social.

A importância do Estatuto se dá pelo motivo de que na atualidade há uma demanda considerada reprimida, em que as políticas são discutidas, porém, deixam de ouvir os destinatários finais, que são os jovens. Dessa forma, observa-se que muitas vezes há uma discussão pelo legislativo, por exemplo, sem que os jovens tenham uma participação mais imediata<sup>80</sup>.

Sempre se teve a ideia de que o jovem era apático, que não queria se envolver em questões políticas, que não participava de nada por que não se sentia bem falando de determinado assunto, entretanto, essa visão está sendo modificada, pois o jovem tem-se mostrado mais participativo do que muitos imaginam, sobretudo, no cenário político, uma vez que este jovem precisa mudar até mesmo o seu próprio ponto de vista.

Na atualidade temos um imenso potencial de participação da juventude e que infelizmente não é objeto para a discussão de Estado, discussão de políticas públicas, discussão de participação eletiva<sup>81</sup>.

---

<sup>78</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015. Art. 3º, incisos III e IV.

<sup>79</sup> GOTTLIEB, D.; REEVES, J. A questão das subculturas juvenis. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

<sup>80</sup> VELHO, G. (Org.). **Individualismo e juventude**. 14. ed. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2010.

<sup>81</sup> ROCHA, M.C. **Juventude: apostando no presente**. [S.l.]: Imaginário, 2013.

Então quando o Estatuto da Juventude coloca a necessidade de criação de Conselhos Municipais e Estaduais de juventude, ele corrobora e promove um pouco ao que se refere à participação juvenil em políticas públicas.

O Estatuto da Juventude garante que todos os direitos destinados aos jovens sejam reconhecidos juridicamente, criando princípios e diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos jovens, de forma permanente.

Entretanto, é correto afirmar que não adianta ter direitos reconhecidos e deixar tais direitos apenas no papel, uma vez que se tem que responder questões como a falta de emprego juvenil, o compromisso com a educação de qualidade, verificar a questão da saúde de caráter integral, assim como o acesso à cultura de uma forma geral<sup>82</sup>.

É preciso trabalhar de forma a fazer com que esses direitos tenham efeito de fato e que se faça presente na vida desses jovens, conforme preconizado pelo Artigo 227 da Constituição Federal, após a criação da Emenda Constitucional número 65/2010 que altera a denominação do capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal, modificando assim o artigo 227, para que se cuide dos interesses da juventude<sup>83</sup>.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), apresentou no mês de julho de 2013 uma pesquisa que traça qual o panorama da mortalidade da juventude brasileira, apresentando um dado econômico, pois foi observado pelo IPEA que a mortalidade precoce dos jovens, causa um prejuízo de caráter econômico ao país de aproximadamente 79 bilhões de reais. O que, segundo o Instituto é mais do que, por exemplo, os royalties do petróleo destinados à educação<sup>84</sup>.

No mesmo sentido, o IPEA argumenta em sua pesquisa que essa mortalidade de jovens, faz com que a expectativa de vida dos brasileiros seja cada vez menor, pois esses dados informam que a mortalidade da juventude aumentou em 300% (trezentos por cento), o que vai a desencontro ao preconizado pelo artigo 227 da Constituição Federal que garante ao jovem o direito à vida, por exemplo.

---

<sup>82</sup> TORRES, Célia; SOUZA FILHO, Rodrigo; MORGADO, Rosana. **Política da infância e juventude: Estatuto da Criança e do Adolescente e serviço social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

<sup>83</sup> BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 30 mar.2015.

<sup>84</sup> IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Juventude em foco**. 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 18 de março de 2015.

Vale lembrar que o Estatuto da Juventude também institui o sistema nacional de juventude, que tem a função de organizar as ações voltadas para o bem estar dessa população, em todas as esferas de governo, seja municipal, Estadual ou Federal.

Entretanto, para sanar problemas como os relacionados acima surgiram em 2013 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), tendo a frente à senhora Severine Carmen Macedo. Sendo que a SNJ surge com o ideal de potencializar uma gama de possibilidades de implementação de políticas públicas e ações que sejam voltados para os jovens. Articulando de forma interministerial e realizando um diálogo em conjunto com a sociedade civil, principalmente ao que concerne ao Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)<sup>85</sup>.

Há uma avaliação sociológica e política no processo de construção do Estatuto da Juventude que, também foi feita no processo de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que informa que não existe uma taxa etária considerada estanque que implique nas condições de vida, ou seja, um pré-adolescente de 10 anos de idade, não tem as mesmas necessidades, demandas e vivências de um adolescente de 14 ou 15 anos de idade.

Desta forma, torna-se óbvio que ao pensar no princípio da proteção, deve-se pensar após uma determinada idade, pois quando o adolescente vai passando pelos 14, 15 anos, ele vai demandando outros direitos como o direito de emancipação, não se está aqui referindo ao dispositivo direito de emancipação jurídica, entretanto, com essa idade, o adolescente sente uma necessidade de ter a liberdade de poder conhecer além do que acontece dentro da própria casa, experimentar outras vivências, outras relações, enfim.

Daí o dispositivo que é encontrado no processo de tramitação é entender que da faixa etária entre 15 e 18 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevalece na perspectiva da proteção, entretanto, como neste período, o adolescente passa a ter outras vivências, é necessário conhecer também o dispositivo da emancipação política, profissional entre outras, que o adolescente passa, daí o Estatuto da Juventude, surge como um estatuto complementar ao que já fora preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>86</sup>.

Neste contexto, no que concerne ao Estatuto da Juventude, o importante não é destacar aquilo que faltou na confecção dos 48 artigos que constituem o Estatuto, o mais

---

<sup>85</sup> MELCHIOR, Alessandro. **Implementação de políticas públicas para os jovens**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

<sup>86</sup> DOMINGOS, Sergio. **Conferência Nacional de Juventude: conquistar direitos, desenvolver o Brasil**. 2. ed. Brasília. Documento Base. Brasília: Movimento, 2013.



importante a ser destacado no processo de aprovação e do que significa o Estatuto da Juventude é o simbolismo de conteúdo programático do Estado brasileiro para com a juventude.

Desta forma, percebe-se que o Estatuto é considerado como um passo importante para a criação de um país mais justo, que seja menos desigual e com mais oportunidades para todos, oferecendo mais direitos para a juventude que tende a transformar o país.

Em síntese, o Estatuto da Juventude prevê princípios, como o da autonomia e da emancipação dos jovens (artigo 2º, inciso I), prevê também as diretrizes de caráter gerais, que inclui o desenvolvimento da intersetorialidade das políticas consideradas estruturais (artigo 3º inciso I), relata direitos como o direito à Cidadania (artigos 4º a 6º).

O Estatuto da Juventude, cria o Sistema Nacional de Juventude (artigo 39 e seguintes), com a função de formular e coordenar a execução da Política Nacional da Juventude por parte da União (artigo 41, inciso I).

São criados os Conselhos da Juventude, órgãos de caráter permanentes e autônomos não jurisdicionais encarregados de tratar das políticas públicas de juventude e da garantia do exercício dos direitos dos jovens (artigo 45), com atribuições semelhantes as do Conselhos de Direitos, órgãos previstos pelo ECA<sup>87</sup>.

Neste ponto, observa-se que sob a ótica normativa os dois Estatutos se aproximam em relação à perspectiva de proteção, ante a criação de Conselhos com atribuições assemelhadas, que visam formular e contrair políticas públicas.

#### **4.2 Políticas Públicas para os Jovens Egressos das Unidades de Abrigo**

De acordo com o preconizado pelo Estatuto da Juventude, os jovens, independentes de qualquer situação é sujeito de direitos e estes devem ser respeitados, entretanto, o mesmo Estatuto, discorre em seu artigo 3º, inciso XI, a respeito dos direitos adquiridos pelos jovens com idade entre 18 e 29 anos que estiverem privados de liberdade ou

---

<sup>87</sup> ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

egressos do sistema prisional, formulando políticas voltadas para o trabalho, educação, reinserção social, entre outros benefícios<sup>88</sup>.

Neste contexto, analisa-se os motivos que fizeram com que os legisladores somente pensaram neste público específico, não estendendo os mesmos benefícios aos egressos de instituições de acolhimento institucional, quando completam 18 anos e são inseridos na sociedade.

O próprio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) entende a necessidade de se criar políticas específicas para solucionar tal problemática, ao informar na sua Resolução 71/2011<sup>89</sup>, que os jovens egressos das unidades de abrigo precisam de ações de apoio das próprias unidades para se manterem e até mesmo para conseguirem uma vida digna perante a sociedade.

Desta forma, de visitas domiciliares realizadas por pessoas de dentro das unidades de acolhimento até mesmo aos apoios financeiros, passando pela ajuda em achar o primeiro emprego, tudo é realizado pela unidade de abrigo, entretanto, se houvesse uma política pública voltada para este público alvo, assim como há para os egressos de instituições prisionais, a situação das unidades de abrigo seria bem mais favorável e também ajudaria de fato o jovem egresso das unidades de abrigo.

O fato é que na atualidade os direitos dos jovens com idade entre 15 e 29 anos recebe grande atenção, dada a recente aprovação do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/13, pelo Congresso Nacional. Entretanto, o mesmo Estatuto, abrange várias possibilidades em que as políticas públicas devem ser voltadas para os jovens, no entanto, não são todas estas situações, sendo que dentre outras possibilidades, o Estatuto prevê a criação, desenvolvimento e que sejam mantidos os programas, ações e projetos para a execução das Políticas Públicas voltadas para o segmento jovem<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015. Art. 3º, inciso XI.

<sup>89</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude**: Resolução nº 71/2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, 2013.

<sup>90</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015.

O próprio Estatuto da Juventude estabelece em seus artigos 14 e 15 que o jovem tem direito à profissionalização e que o poder público deve garantir esse direito, porém, em seu artigo 16 fica claro que o jovem entre 15 e 18 anos, em relação ao direito à profissionalização, deve ser regido pelo disposto ao ECA<sup>91</sup>.

É justamente nessa faixa etária em que o jovem, em eminência de deixar as instituições de unidade de abrigo, deve ser preparado para o desligamento das unidades, e isso deve acontecer com a proposta de profissionalização desse jovem para que ao sair, não encontre dificuldades e, conseqüentemente, venha a delinquir e ir para o sistema prisional. Ao contrário, o jovem deve ser inserido no mercado de trabalho para que siga e tenha uma vida digna<sup>92</sup>.

Da mesma forma, o Estatuto da Juventude em seu artigo 37 determina que:

“Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social”.<sup>93</sup>

Entretanto, o Estatuto da Juventude, ainda que seja uma lei que garante que todos os jovens tem direito de viver em um ambiente seguro, não determina o que deverá acontecer com o jovem egresso das unidades de abrigo.

Afirma-se isso, por saber que ao completarem 18 anos, os jovens que estão dentro de acolhimento institucional terão que deixar a instituição e seguir seu caminho, estando ou não amparados pela família.

Por outro lado é importante fazer com que o jovem busque a sua autonomia para que possa seguir o seu caminho, principalmente aqueles que por algum motivo não conseguem voltar para a convivência familiar<sup>94</sup>, ou seja, é necessário que a instituição de acolhimento ofereça condições para alcançar um emprego.

<sup>91</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015.

<sup>92</sup> FERRAZ, Taís Schilling (Coord.) **Relatório da Resolução nº 71/2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

<sup>93</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015.

<sup>94</sup> POCHMANN, Márcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2011.

Assim, pode-se afirmar que o desligamento das unidades de acolhimento institucional é uma etapa muito importante para os jovens, uma vez que há uma real necessidade de se preparar de forma gradativa os jovens para que esse desligamento não cause uma ruptura brusca ou um trauma na vida desses egressos.

Desta forma, a melhor maneira para que os jovens egressos tenham uma vida de sucesso fora das unidades de abrigo é fazendo com que este jovem esteja profissionalizado, ou seja, esteja inserido ou em condições de se inserir no mercado de trabalho.

Assim, a Lei 8.069/1990, determina em seu artigo 60 que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo em condições de aprendiz”. O que se pode inferir que é importante, desde antes dos quatorze anos que os adolescentes já tenham acesso aos cursos profissionalizantes<sup>95</sup>.

O que corrobora com o artigo 69 da referida lei que informa a respeito do direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Dando a entender que o jovem, estando dentro de uma unidade de abrigo tem o direito de estar inserido em cursos que garantam a sua qualificação profissional<sup>96</sup>.

Ressalta-se que ainda que o jovem que tenha 18 anos, sendo egresso da unidade de acolhimento institucional e estando qualificado profissionalmente por meio de cursos, pode, assim como o jovem que tenha família estruturada, encontrar dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, pois não há uma política pública que garanta que este jovem egresso tenha algum privilégio em detrimento do outro jovem.

O correto é que houvesse uma política pública que garantisse ao jovem egresso das unidades de acolhimento institucional que ao saírem estaria garantido no primeiro emprego, sem se preocupar em ficar em albergues ou abrigos provisórios.

Mesmo não havendo uma capacitação profissional em relação aos jovens, estes devem deixar os abrigos e irem para as ruas, entretanto, como não existe um programa

---

<sup>95</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015. Art. 60.

<sup>96</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015. Art. 69.

que seja direcionado de forma exclusiva e que abranja esse público brasileiro, existe o risco eminente de que muitos desses egressos acabem por cair em armadilhas que as ruas oferecem.

Ressalta-se que, neste sentido, o artigo 227 da Constituição Federal enfoca com “absoluta prioridade” que o jovem deve ter seu direito à profissionalização garantida, além da inserção desses jovens à salvo de negligência, dentro do convívio comunitário.

Por outro lado, apesar de um grande avanço em relação aos direitos dos jovens, a Lei 12.852/13, ou seja, o Estatuto da Juventude, deixa a desejar em relação ao jovem egresso de unidades de acolhimento institucional, pois o mesmo não estabelece como proceder em relação a esse jovem, ainda que informe em seu artigo 3º, inciso XI, que os agentes públicos ou privados devem:

“...zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto”.<sup>97</sup>

Mesmo existindo repúblicas que garantem abrigos provisórios para os maiores de 18 anos, egressos de unidades de abrigo, ainda assim, não é garantido que o tempo em que o jovem está nesta república seja suficiente para que ele encontre uma colocação no mercado de trabalho.

Em seu artigo 94, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), garante que as entidades que desenvolvem programas de internação tem por obrigação, “manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos”<sup>98</sup>.

A respeito do acompanhamento aos egressos, após a consumação referente ao desligamento do jovem da instituição, este deve ter um apoio e acompanhamento para que o jovem seja estimulado, tanto dentro quanto fora da instituição à sua autonomia e independência, para que assim, facilite a sua convivência em relação à comunidade<sup>99</sup>.

<sup>97</sup> BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015. Art. 3º, Inciso XI.

<sup>98</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015. Art. 94, Inciso XVIII.

<sup>99</sup> NOVAES, Regina. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. 30. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

O apoio é dado de forma a fazer com que o egresso sinta-se seguro e preparado para continuar a sua jornada, sozinho, muitas vezes, o acompanhamento deve auxiliar o jovem egresso em sua busca por trabalho e até mesmo renda, e em algumas situações deve dar apoio financeiro ao jovem.

Ainda que este apoio surja como subterfúgio para que o jovem saia da unidade de abrigo pensando que não está sozinho, ainda assim é muito pouco o que fazem para que o jovem egresso alcance a autonomia plena, fora da instituição que, muitas vezes, viveu por toda a sua vida.

Desta forma é necessário elaborar políticas públicas embasadas na situação do egresso, para que, mesmo com todo esforço, dedicação aos estudos e aos programas de cursos profissionalizantes, ainda assim encontrem dificuldades para encontrar trabalho fora da instituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa pôde-se perceber o quanto é importante que se realizem políticas públicas que atendam as necessidades dos jovens de uma forma geral e, sobretudo, em relação aos egressos de unidade de acolhimento institucional.

Como ficou evidenciado, as crianças, os adolescentes e os jovens de maneira geral possuem direitos garantidos nas diversas leis que os protegem como a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude. Entretanto, mesmo havendo políticas públicas voltadas para a proteção integral do direito das crianças e adolescentes, assim como há para os jovens e adultos, não há uma política específica para o jovem egresso da unidade de acolhimento institucional.

Ao completar 18 anos de idade, de acordo com a Lei 8.069/90, o jovem é obrigado a deixar as unidades de acolhimento institucional e seguir sua vida. Entretanto, ainda que as leis determinem o acompanhamento pela instituição até que se estabeleça no convívio social, não existe uma garantia de que ele terá um emprego digno e uma moradia fixa.

Desse modo, verificou-se que, embora haja vários fatores que surgem como desafios que precisam ser superados como a reintegração familiar (a manutenção e preservação do vínculo, entre outros fatores) o desligamento do jovem que completou a maioridade ainda traz um desafio maior, visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a “preparação gradativa para o desligamento”. Esta medida não está prevista exclusivamente ao jovem institucionalizado que está prestes a completar 18 anos, mas sim a todos. Ainda assim, surge como uma ajuda especial aos adolescentes prestes a sair das unidades de acolhimento institucional.

Não se pode negar que outras políticas públicas elaboradas para os jovens em geral abrangem também os que estão inseridos nas unidades de acolhimento institucional ou os que já deixaram tais unidades. Entretanto, não há uma política pública exclusiva que assegure os direitos concedidos aos jovens egressos, ainda que se saiba que tais jovens não convivem em famílias.

Várias são as políticas que qualificam profissionalmente os jovens, porém, no caso dos jovens que estão em unidades de abrigo, tais cursos profissionalizantes não lhes dão garantias de que conseguirão um emprego para colocar em prática o que fora aprendido durante a sua capacitação.

Da mesma forma, o jovem que não está em unidade de acolhimento institucional, ou seja, o que está inserido em sociedade também tem que procurar emprego e, quase sempre encontra as mesmas dificuldades que o jovem egresso. Entretanto, é necessário pensar que este jovem já se encontra acostumado com a realidade social, vem de um lar, convive com uma família e, caso não consiga colocar em prática suas habilidades profissionais, pode recomeçar no dia seguinte, até conseguir encontrar esse tão esperado primeiro emprego.

No caso do jovem egresso, não existe um lar feito para acolhê-lo a cada frustração por não ter conseguido encontrar um emprego digno, assim como, muitos nem tem um lugar para onde voltar, ficam pelas ruas. Em alguns casos, vão para um albergue provisório, mesmo que supervisionado pela instituição que o havia acolhido, ainda assim, a sua peregrinação fora da unidade de acolhimento é árdua.

Em verdade, o jovem egresso é “jogado” para a sociedade, de acordo com as Leis vigentes e, devem estar preparados para que então levem sua vida sem que precisem do apoio das instituições das quais faziam parte, quais sejam, unidades de acolhimento institucional.

Desta forma, em um primeiro momento, o egresso que teoricamente já tenha feito algum curso profissionalizante, pois as leis garantem que ao completar 14 anos, os adolescentes se preparem profissionalmente em alguma atividade para que ao deixar a unidade de abrigo, este jovem tenha capacidade de encontrar um emprego para se manter.

Entretanto, pode-se observar que existe no ordenamento jurídico vigente proteção normativa quando acoplamos os princípios da proteção integral presentes no Estatuto das Crianças e dos Adolescentes com as diretrizes do Estatuto da Juventude para as políticas públicas. Assim, reconhece-se a ausência ou incipiente proteção aos jovens egressos das unidades de acolhimento institucional na perspectiva das políticas públicas.

O quadro conceitual referente à problemática encontrada permitiu entender os conceitos de crianças, adolescentes e jovens, de acordo com as leis de proteção do menor e do jovem, verificar as políticas existentes voltadas para o jovem e as possibilidades de se elaborarem mais políticas para essa população, analisar os aspectos e amplitudes referentes à Doutrina da Proteção Integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e mostrar como as Políticas Públicas podem ser entendidas como uma continuidade da chamada proteção integral ao jovem.



Apresentou-se imprescindível pensar especificamente neste público alvo para facilitar o seu possível regresso ao meio social e que alcance a autonomia necessária para que viva de forma a não depender de outros fatores de apoio e sim busque essa transitoriedade de forma a fortalecer cada vez mais o seu vínculo com a sociedade, principalmente no que concerne à sua busca por uma identidade e pela inclusão de forma digna na sociedade que o cerca.

Por fim, destaca-se que os Conselhos de Direito, ao reconhecer a ausência de proteção para esses jovens, deveriam no exercício de suas atribuições legais elaborar políticas públicas específicas para facilitar a inserção do jovem egresso das unidades de acolhimento institucional, no contexto social, visando alcançar a autonomia plena em relação à busca de sua identidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. BRANCO; Pedro Paulo M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ALBERGARIA, Jason. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. Rio de Janeiro: Aide, 2007.
- ALEXANDRE, Diuvani; VIEIRA, Mauro. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá v. 9, n. 2, mai./ago. 2004.
- ALVES, Roberto Barbosa. **Direito da infância e da juventude**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BALBINO, Michelle Lucas Cardoso. Políticas públicas e os programas governamentais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 51-76, jan./jun. 2013.
- BENEDITO, Ademir de Carvalho. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BERCOVICI, G. Planejamento e políticas públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude: Resolução nº 71/2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília, 2013.
- BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 30 mar.2015.
- BRASIL, **Lei nº 10.406 de 2002**. Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 10 mar.2015.
- BRASIL, **Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8242.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8242.htm)> Acesso em: 20 fev. 2015.
- BRASIL. **Emenda Constitucional 65, de 13 de julho de 2010** - Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm)> Acesso em 15 maio. 2015.
- BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 04 abr. 2015.
- BRASIL. **Lei n. 11.129, de 30 de Junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e

10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)> Acesso em 29 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)> Acesso em: 22 maio. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 15 maio. 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasil, 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)> Acesso em 15 maio. 2015.

BREUS, Thiago Lima. **Políticas Públicas no Estado Constitucional:** problemática da concretização dos direitos fundamentais pela administração pública brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas:** reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari et al. **Direitos humanos e políticas públicas.** São Paulo: Pólis, 2001.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, n 133. jan/mar1997. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198>> Acesso 30 maio. 2015.

CALIL, M. I. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito. In: OZELLA, S. (Org). **Adolescências construídas:** a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. **Bibliografia sobre a juventude.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

CASSETTARI, Chistiano. **Estatuto da juventude votação e apreciação.** 2013. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/noticias>>. Acesso em: 10 mar 2015.

CERQUEIRA, Thales Tácito. **Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

CURY, Munir. **O ministério público e a justiça de menores.** 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DOMINGOS, Sergio. **Conferência Nacional de Juventude:** conquistar direitos, desenvolver o Brasil. 2. ed. Brasília. Documento Base. Brasília: Movimento, 2013.

DUPRET, Cristiane. **Curso de direito da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Ius, 2010.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERRAZ, Taís Schilling (Coord.) **Relatório da Resolução nº 71/2011**: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

FREITAS, M. V.; PAPA, F. C (Orgs.). **Políticas públicas de juventude**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2007.

GOTTLIEB, D.; REEVES, J. A questão das subculturas juvenis. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**: Juventude em foco. 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 18 de março de 2015.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas. 2014.

LIBERATI, Wilson Donizetti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

LIBERATI, Wilson Donizetti. **Processo penal juvenil**: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa. São Paulo: Malheiros, 2006.

LIMA, Miguel M. Alves. **O Direito da criança e do adolescente**: fundamentos para uma abordagem principiológica. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MACEDO, Severine Carmen (org). **Secretaria Nacional de Juventude**: Políticas públicas de juventude. Brasília, 2013. Disponível em: <[http:// pt.scribd. com/doc/136055145/SCDC-Lista-de-Pontos-de-Cultura-Nacional#scribd](http://pt.scribd.com/doc/136055145/SCDC-Lista-de-Pontos-de-Cultura-Nacional#scribd)> Acesso em: 10 jan. 2015.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo de Andrade (Coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011.

MELCHIOR, Alessandro. **Implementação de políticas públicas para os jovens**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NEVES, Gustavo Kloh Muller. **Direito de família**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

NOVAES, Regina. **Juventude, exclusão e inclusão social**: aspectos e controvérsias de um debate em curso. 30. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

OZELLA, S. (Org). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Educação, direito e cidadania. In: ABMP. **Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 1.

PENA JUNIOR, Moacir César. **Direito das pessoas e das famílias:** doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Após nove anos Estatuto da Juventude é sancionado.** 2013. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/novosite/imprensa/noticias-do-ibdfam/detalhe/4496>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org). **Juventude e sociedade:** trabalho, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

POCHMANN, Márcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil.** 3 reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAMOS, N. V. **Escola e rua:** jovens egressos recontam suas histórias. Santa Maria; RS: Pallotti, 2006.

ROCHA, M.C. **Juventude:** apostando no presente. [S.l.]: Imaginário, 2013.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Sistema de Garantia DCA:** sistema de garantia dos direitos, o corpo social para garantir direitos de crianças e adolescentes, 2015. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/direitosdainfancia/sistema-de-garantia-dca>> Acesso em 24 set. 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. “Os Abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 11, ago 2005.

SPOSITO, Marília. **Trajetórias na constituição das políticas públicas de juventude no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2014.

TAVARES, Patrícia Silveira. As medidas de proteção. **Curso de direito da criança e do adolescente.** São Paulo: Ática, 2013.

TORRES, Célia; SOUZA FILHO, Rodrigo; MORGADO, Rosana. **Política da Infância e juventude:** Estatuto da Criança e do Adolescente e serviço social. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

VELHO, G. (Org.). **Individualismo e juventude.** 14. ed. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2010.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene Cássia Policarpo; BARBOSA, Vivian Sandoval. Menoridade Civil: algumas reflexões sobre a teoria das incapacidades. **Revista da Faculdade de Direito da UFSC**, Florianópolis, n. 2, p. 123-141, 1999.